

Petróleo rende 40 mil a dono de terra

JOSÉ ANTÔNIO SARCINELLI

Os proprietários dos terrenos que abrigam os campos produtores de petróleo no Estado deverão receber **royalties** da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) a partir do próximo mês. A medida está prevista na nova legislação do setor, que pôs fim ao monopólio estatal do petróleo, e será regulamentada, através de decreto federal, ainda na primeira semana de agosto. A meta do Governo é estabelecer uma fatia entre 0,5% e 1% da produção para os donos das terras, o que, segundo estimativa do gerente regional da empresa, Luiz de Siqueira Menezes, equivale a um ganho mensal de R\$ 40,2 mil com os **royalties**.

A Petrobrás extrai por dia, no território capixaba, 9,5 mil barris de petróleo. São ao todo 300 poços produtores, concentrados na região Norte, entre os municípios de Linhares, São Mateus, Jaguaré e conceição da Barra. Sobre esse volume de produção, considerando a alíquota máxima de 1%, caberão aos donos das terras 95 barris por dia ou 2,85 mil barris por mês, conforme destaca o superintendente.

Os **royalties** são pagos em moeda nacional e o valor é calculado sobre a cotação internacional do produto. Como o preço atual do barril gira em torno de R\$ 14,00, Menezes estima que diariamente a atividade renderá aos proprietários das áreas R\$ 1,34 mil. Em um mês, o bolo deve somar R\$ 40,2 mil. O gerente revelou que os 300 poços produtores do Estado estão distribuídos entre 100 diferentes propriedades, cabendo a cada uma delas um valor médio mensal de **royalties** da ordem de R\$ 402,00.

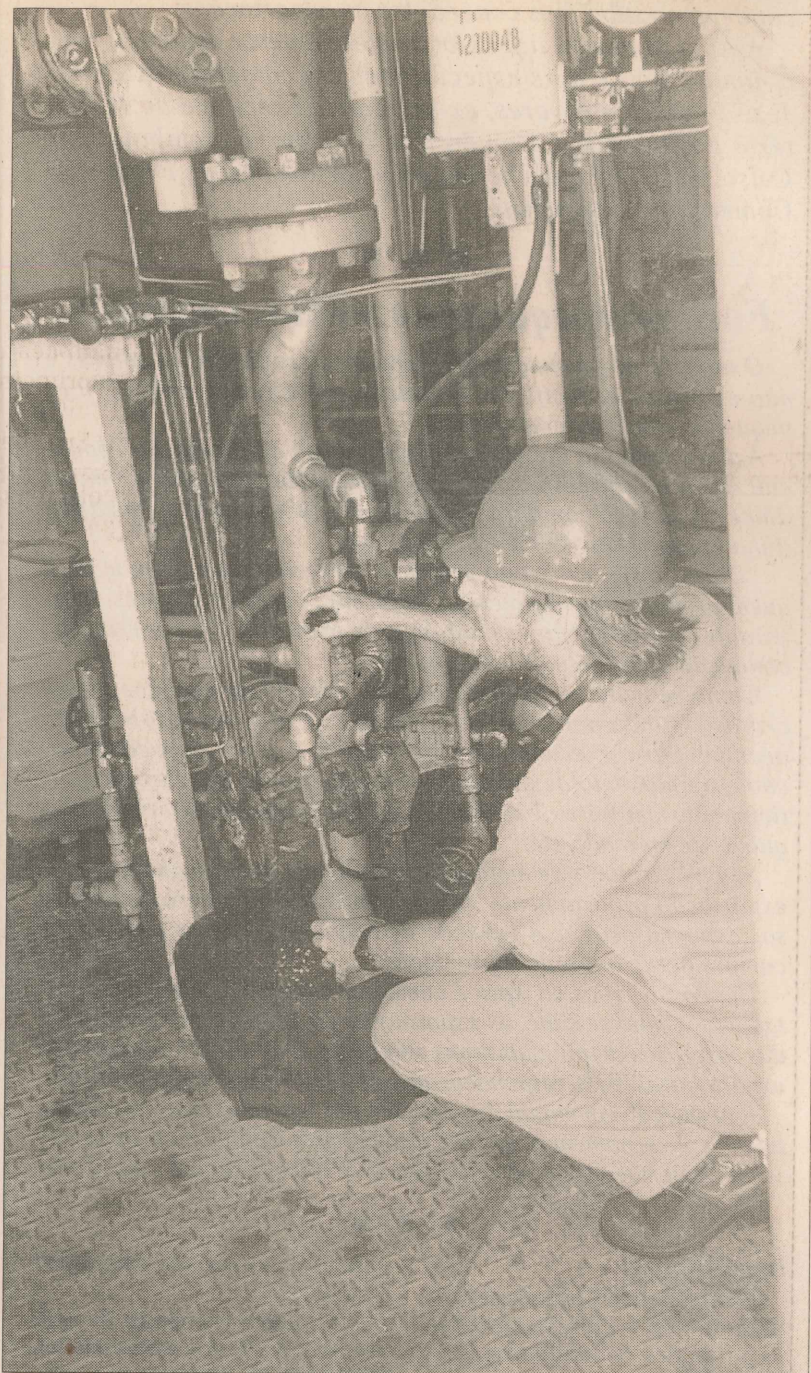
O pagamento de direitos pela exploração de petróleo e gás nunca contemplou os donos das áreas onde ocorreram descobertas de jazidas. Apenas os Estados e os municípios foram beneficiados durante o

monopólio estatal, dividindo entre si 5% da produção. No Espírito Santo, a Petrobrás recolhe mensalmente uma média de R\$ 340 mil de **royalties**. Os municípios ficam com 61% do valor – R\$ 207 mil – e o Governo do Estado com os restantes 39% – R\$ 132 mil.

A fatia dos Estados e municípios também será alterada, podendo chegar a 10% do valor da produção. O projeto alterando a alíquota dos **royalties** já foi encaminhado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) à equipe econômica do Governo federal e as novas regras saem até 6 de agosto, que é o prazo final fixado por lei para a agência assinar os contratos de concessão com a Petrobrás e definir as obrigações fiscais das áreas de exploração.

PARCERIAS – Menezes acrescentou que as novas regras para o recolhimento de **royalties** serão decisivas para definir as parcerias da Petrobrás com a iniciativa privada, visando à exploração de novas áreas no país e no Estado. O gerente confirmou o interesse de dois grupos multinacionais na prospecção de gás natural na costa de Linhares, a americana Mobil e a argentina YPF. “Essas empresas só vão confirmar o investimento depois de conhecer qual será o novo custo fiscal”, afirmou.

A Mobil pretende investir US\$ 100 milhões na perfuração de quatro poços, em um ponto do mar entre a costa de Linhares e o campo de Cangoá. Nessa região, a Petrobrás já descobriu duas jazidas de gás natural, estimadas em 5 bilhões de metros cúbicos (m³). A YPF, por sua vez, pretende investir US\$ 50 milhões, perfurando também quatro poços, em uma área situada ao Sul de Cangoá. Essas duas áreas são pioneiras e serão concedidas à Petrobrás até o próximo dia 6 de agosto, por um prazo de três anos.



'ROYALTIES'
Petrobrás pagará 'royalties', a partir de agosto, para proprietários